

Vícios eleitorais e luta política no sertão

Vila dos Confins, de Mário Palmério

Marco Aurélio dos Santos*

Nos últimos anos, com a expansão das pesquisas em cursos de pós-graduação, a complexa realidade social, política e econômica do Brasil vem se descortinando a todos aqueles que desejam entender a dinâmica das relações sociais e de poder que se construíram ao longo da história. Facilitadas pela ampliação do acesso a fontes documentais e por intensos e consistentes debates teóricos que abrem novas perspectivas ao conhecimento do passado, pesquisas em diversas áreas vêm deslindando facetas da realidade nacional. Nesse amplo conjunto temático, o das eleições sempre teve importância especial. Numa democracia representativa, o processo eleitoral deve ser objeto de debates amplos e abertos, porque a legitimidade da democracia depende da licitude e da clareza dessa prática. Extirpar vícios, corrigir erros e alterar rumos valorizam o processo eleitoral. Nesse sentido, a republicação de *Vila dos Confins*, do mineiro Mário Palmério, pela Editora Autêntica, de Belo Horizonte, em 2019, vem em boa hora para refletirmos sobre processos eleitorais altamente viciados de muitos momentos da história do Brasil.

* Membro docente do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LABMUNDI/USP) e Pós-doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), com Doutorado em História Social pela mesma instituição.

Lançado originalmente em 1956¹ pela José Olympio, com prefácio de Rachel de Queiroz, o livro alcançou imediato sucesso e grande repercussão, consolidando-se entre os mais vendidos já no ano seguinte. À época, Palmério era deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em seu segundo mandato por Minas Gerais. Com base eleitoral estabelecida no Triângulo Mineiro, retratou a luta política que envolveu uma eleição a prefeito num município recentemente emancipado.

O enredo conta a disputa entre João Soares e Chico Belo, dois típicos chefes políticos locais que procuravam conquistar eleitores. O primeiro, pela União Cívica, atua com a ajuda da personagem principal, o deputado federal Paulo Santos. O romance mostra a campanha unionista se desenrolando ao rés do chão, no contato com fazendeiros, eleitores, gente do sertão. Ao contrário, Chico Belo é o candidato que atua junto aos poderosos do estado (de Minas Gerais, implicitamente), o governador e seus aliados, sem negligenciar a qualificação dos eleitores. Como pano de fundo, o sertão dos Confins, “mundo de chão arenoso e branco” (p. 9), encravado no interior do país, próximo a serras e cortado pelo rio Urucanã, sertão de “criminoso fugido e gente ruim” (p. 191). Um sertão miscigenado de povos e línguas de várias partes do Brasil, que embrutece a estirpe de seus habitantes. Sertão que abriga, nas palavras de Antônio Houaiss (1958, 121-122), um “microcosmo

¹ O ano de 1956 pode ser considerado dos mais profícuos da literatura brasileira. O número de lançamentos que se tornaram clássicos atesta a importância desse momento histórico de vanguarda literária e cultural. Nesse contexto, destaca-se a Livraria José Olympio Editora, sobretudo na publicação de autores nacionais. Para uma lista dos livros de autores nacionais lançados neste ano, ver “Hoje nas Letras: visão intelectual de 1956”, em *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29-30 de dezembro de 1956, Edição 2.127, p. 6.

verbal” inserido no “macrocosmo, o universo verbal da língua portuguesa”. Sertão do “linguajar sertanejo”, com cerca de 700 palavras não dicionarizadas e que foram incluídas por Aurélio Buarque de Holanda no Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Linguanotto: 1956, 32). Sertão de pecuária, base econômica dos coronéis retratados na trama.

Produzindo uma transição perfeita entre as histórias do sertão, da onça preta, da sucuri que engole o boi, das pescarias e da mata e as movimentações políticas, a obra de Palmério é um marco da literatura brasileira e mostra como transcorriam as eleições na época. A política era sufocante; nas reflexões do deputado Paulo Santos – num momento de descanso, em uma pescaria –, a política não dava descanso, pois desde que se metera nela, tornara-se “escravo dos outros, do partido, do eleitorado” (Palmério: 2019, p. 38). Política de compromissos, alianças, fraudes no alistamento, corrupção, despesas para qualificar o eleitorado, da “eleição [que] custa dinheiro” (p. 66), da necessidade do “agrado para o pessoal”, do “ajutório” (p. 123), da política do interior, onde não se esquecem as ofensas e perduram as inimizades, do mandonismo “dos coronelões da roça” (p. 158).

Para o autor, o livro “nasceu relatório político, cresceu crônica e acabou romance” (Leite: 1979, 138D). Isso porque, quando deputado, o partido o designou para “estruturar os diretórios de diversos municípios sertanejos recém-emancipados”. Assim, Palmério percorreu o território, conversou com as populações locais, tomou notas, ouviu histórias de caçadas, pescarias, garimpagem, criação de boi. Num sertão “onde imperava um velho pagé, dono dos votos e dos destinos do povo daqueles ermos”,

Palmério transformou o relatório em romance (Linguanotto: 1956, 32).² Ou seja, o livro nasceu da própria vivência do autor, que vislumbrou as deficiências do sistema eleitoral brasileiro no período pós-ditadura varguista.

Da perspectiva da História, seu livro deslinda magistralmente os vícios eleitorais e a luta política em torno de uma eleição para prefeito na primeira experiência democrática do país (1945-1964). Assim, na antevéspera do pleito, era preciso “contratar caminhões” para conduzir à seção de votação e reconduzir ao sertão o eleitorado submetido, fazer os cabos eleitorais trabalharem acompanhando as viagens, atentar à nomeação dos fiscais das seções de votação etc. Muito rica a descrição da personagem Pé-de-Meia, cabo eleitoral experiente, que faz o alistamento para o coronel a quem presta serviço, fraudando a prova de alfabetização necessária à retirada do título de eleitor (Palmério: 2019, 64-66).

Nessa azáfama eleitoral, a obra de Palmério mostra que era corriqueiro comprar títulos para o eleitorado subalterno, como eram os *fósforos*, eleitores fantasmas que votavam mais de uma vez com títulos diferentes, e a marmita eleitoral, quando o eleitor já ia à seção de votação com o voto pronto, dado pelo coronel ou por um dos seus funcionários. Por fim, nesse processo viciado, aprende-se ainda que a

² Na orelha do livro, Mary del Priore afirma que a obra “guarda uma atualidade gritante no desenho dos processos eleitorais durante a República Velha (1889-1930)”. Mas, como se nota em reportagens e entrevistas concedidas pelo autor na época do lançamento, o correto é pensar em práticas do momento histórico em que ele atuou como político. Mesmo porque a menção a Getúlio Vargas e à vigência do voto feminino em *Vila dos Confins* nos impede de situar a trama na República Velha. Exceto por esses dois pontos, as práticas eleitorais retratadas por Palmério, como a coação do eleitorado subalterno, por exemplo, vigoram no Brasil desde pelo menos o período imperial, portanto, antes de 1889. Para um artigo que discute a violência em períodos eleitorais no Império do Brasil, ver Santos (2015).

fraude na qualificação do eleitorado, com a anuência de um cartório submisso ao poder local, era a “mais perfeita de todas” (p. 226).

Sobre a preparação das marmitas, Palmério descreve a ação de Iaiá do Lucas, que, ajudada por três mocinhas, coordenava o envelopamento: uma distribuía “por sobre o balcão a cédula única de prefeito e vice-prefeito” com a impressão do nome de ambos; “a segunda meninota cobria então, uma por uma, as cédulas já distribuídas, com a outra do Jeová, candidato a juiz de paz, e seus suplentes; entrava em cena, por fim, a terceira mocinha com as cédulas do candidato a vereador escolhido pela Iaiá do Lucas” (p. 230). Isso só era possível porque, no dia da votação, o eleitor levava consigo a cédula, que deveria ser impressa ou datilografada, e a depositava numa sobrecarta oficial, dirigindo-se, então, à cabine de votação. Tudo, claro, permitido pela legislação da época. Os fósforos e a marmita foram combatidos por nova legislação, de 1955, que estabeleceu a folha individual, “um documento que continha as informações de cada eleitor (inclusive fotografia) e o obrigava a votar em uma única seção”, e a cédula oficial de votação (Nicolau: 2012).³

Além da qualidade literária – por exemplo, no capítulo da caça à onça feita pelo padre Sommer –, o leitor de *Vila dos Confins* conhece os processos eleitorais vigentes no Brasil da primeira metade do século XX. Se a literatura pode se constituir como fonte documental para a produção de conhecimento histórico e se a própria obra literária pode ser portadora de historicidade, então a obra de Mário Palmério é, além de um excelente texto literário, uma forma de dar a ver as tradicionais imperfeições dos processos eleitorais no Brasil. Merece louvor, portanto, seu relançamento pela Autêntica.

³ Especialmente o capítulo 4, “Do fim do Estado novo ao golpe militar (1945-1964)”.

Referências

- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. E-book.
- HOUAISS, Antônio. Sobre a linguagem de *Vila dos Confins*. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v. III, n. 9, pp. 121-153, mar. 1958.
- LEITE, Ricardo Gomes. Mário Palmério: o bugre do Chapadão. *Manchete*, Rio de Janeiro: Bloch, p. 138B-138G, 14 out. 1972.
- LINGUANOTTO, Daniel. Escreve quando “atuado” e suspeita que vai ter novo “acesso”. *Manchete*, Rio de Janeiro: Bloch, pp. 32-33, 29 dez. 1956.
- PALMÉRIO, Mário. *Vila dos Confins*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. Lutas políticas, abolicionismo e a desagregação da ordem escravista: Bananal, 1878-1888. *Almanack*, 2015, pp. 749-773.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. Hoje nas Letras: visão intelectual de 1956, Rio de Janeiro, 29-30 de dezembro de 1956, Edição 2.127, p. 6.